

UMA BREVE ANÁLISE A RESPEITO DOS NOMES PRÓPRIOS

Mercia Cristina Cardoso de Oliveira Luz (UEMS)

psicologamercialuz@gmail.com

Fábio Lopes de Souza (UEMS)

fabiolopes77@gmail.com

RESUMO

Este resumo trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica a respeito dos nomes próprios, cujo intuito é compreender os nomes próprios dentro da categoria linguística utilizando-se o *Curso de linguística geral*, de Saussure. Assim, os nomes próprios serão vistos à luz do conhecimento de Saussure e de autores, que envolve importantes conceitos, tais como arbitrariedade, língua e linguagem ao pensarmos como, por exemplo, que a língua possui como função representar o mundo. Assim, o objetivo é analisar como a língua tem como função representar o mundo, no qual os sujeitos estão inseridos. Nesse contexto, propomos investigar o conceito de nome próprio que, a nosso ver, é uma categoria linguística que tem a possibilidade de fazer uma relação entre a língua e a cultura. Dessa forma, retomamos o conceito de arbitrariedade, signos e valor. Nosso percurso teórico consistirá nos estudos da linguística, da linguagem, utilizando autores como Benveniste, F. de Saussure e outros autores para compor as ideias aqui expostas entendidas nas Ciências da Linguagem.

Palavras-chave:

Signo. Nome próprio. Linguagem e Língua.

RESUMEN

Este resumen es un trabajo de revisión bibliográfica sobre nombres propios, cuyo propósito es comprender los nombres propios dentro de la categoría lingüística, basándose en el *Curso de lingüística general*, de Saussure. Por lo tanto, los nombres propios se verán bajo la luz del conocimiento de Saussure y de los autores, que trata de conceptos importantes como la arbitrariedad, la lengua y el lenguaje. Cuando pensamos, por ejemplo, que la lengua tiene como función representar el mundo. De ese modo, el objetivo es analizar cómo la lengua tiene la función de representar el mundo en el que se insertan los sujetos. En ese contexto, proponemos investigar el concepto de nombre propio que, en nuestra opinión, es una categoría lingüística que tiene la posibilidad de establecer una relación entre el idioma y la cultura. Así, adoptamos el concepto de arbitrariedad, signos, valor. Nuestra base teórica consistirá en los estudios de Lingüística, lenguaje, utilizando autores como Benveniste, F. de Saussure y otros autores para componer las ideas aquí presentadas que se entiende en Ciencias del Lenguaje.

Palabras clave:

Signo. Nombre propio. Lenguaje y Lengua.

1. Introdução

Este artigo trata-se de revisão bibliográfica sobre os nomes próprios, no qual temos como finalidade analisar os pontos de vista de alguns autores a fim de compreender os nomes próprios e demonstrar a importância da concepção de língua e de outros objetos da linguagem. Sob o prisma do pensamento saussuriano, serão revisitadas as concepções por ele expostas para demonstrar a importância da concepção de língua e de outros objetos da linguagem.

Destarte, os nomes próprios serão vistos à luz de autores como Sausurre (1973), Focult (2002), Jespersen (1965) entre outros. Dessa forma, analisamos os nomes próprios sob diversos prismas, permitindo ao leitor entender a sua origem, a motivação pela sua escolha e os significados que carregam consigo proporcionando, assim, a obtenção de uma visão clara do seu papel na identificação dos sujeitos.

Portanto, tomando por referencial os escritos de vários autores, realizamos uma análise dos nomes próprios. Uma vez analisados, podemos perceber que estes sempre cumprem uma função significativa, ou seja, uma função semântica na qual o sujeito não apenas recebe o seu nome, como também toda a carga conotativa do mesmo. Estes tem a função de marcar todas as atitudes, crenças, valores sociais e culturais, profissionais e o local de origem desse sujeito, bem como diferenciar as pessoas entre valores, posturas sociais e profissões, enfim, diferenciar as pessoas entre si.

2. Os signos

Desde a antiguidade, os diferentes estudiosos, sejam da Filosofia, da Lógica ou da Linguística, procuram encontrar a melhor definição que possa caracterizar o signo linguístico no que diz respeito à sua denominação, classificação e definição. Na idade média, os signos tinham como conceito encontrar-se no lugar de algo e tinham como semelhança pôr-se em cena. A origem do conceito de signo foi constituída a partir de dois sujeitos: Aurélio Agostinho (354-430) e Aristóteles (GAMBARATO, 2005).

Stare pro (estar no lugar de) – os signos estão no lugar das coisas que os causam e daquelas a que eles se remetem; supponere pro (supor) – dentro de 206 N4 | 2005.1 Signo, significação, representação N4 | 2005.1 uma proposição, os termos estão no lugar das coisas a que eles se referem; similitudo, species, imago (ser uma semelhança, uma imagem) – a espécie

sensível, o fantasma, o conceito representa o objeto ao qual ele se assemelha; suplere vicem (desempenhar o papel de) – o conhecimento abstrato está no lugar do objeto. (GAMBARATO, 2005 *apud* BOULNOIS, 1999, p.09)

Naquela época, o termo era de representação onde o aspecto era totalmente semântico, pois a imagem indicava o som original. O signo representava estar no lugar das coisas sobre as quais elas se referem; ímago, species, (uma imagem, uma semelhança) como se fosse uma espécie sensível que se assemelha (GAMBARATO, 2005).

Assim, para Agostinho, o signo é algo que vai além da forma. Para ele, a significação é como uma triádica: 1) Coisa= a espécie sensível persuadida pelos sentidos; 2) significado e 3) intérprete=pensamento mediador. Para ele, as coisas se tornavam conhecidas através dos signos, pois todo signo é alguma coisa e, se não fosse, não existira.

Já para Aristóteles, os signos são convenções dos pensamentos que todos os homens têm em comum. Para ele, o intérprete do signo é o intelecto e o interpretante é o pensamento ou o conceito desse signo que é comum a todos os homens. Assim, o intelecto, que tem a função de representar diretamente estes conceitos e as expressões verbais, recebe dele a função de representar. Dessa forma o signo permite que haja a indução entre duas proposições de maneira que na relação entre A e B, se A implica B, A atua como signo de B. Com isso, vê-se que o signo quer ser uma proposição necessária ou que conduz a uma conclusão (GAMBARATO, 2005).

Esta definição implica na seguinte relação: se A implica B, A atua como signo de B. Afinal, o signo quer ser uma proposição necessária ou provável que conduz a uma conclusão.

O sistema de signos deixa de ser ternário durante o Racionalismo: significante + significado + objeto referido e passa a ser binário: significante + significado. A partir da escola de semiótica de Port Royal, o signo começa a representar a ideia de uma coisa e não a coisa em si. O mundo, que antes era de semelhanças, passa a ser de representações no qual a linguagem passa a organizar o pensamento.

Para Saussure, a língua é um sistema formado por vários signos linguísticos que são compostos por significantes e significados. A relação que é estabelecida entre é uma associação recíproca, pois um não existe sem o outro. O autor utiliza o termo imagem acústica para designar o signo linguístico citando que: “o signo linguístico une não uma coisa e

uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”³⁶². Assim,

Para certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas (...). Tal concepção é criticável em inúmeros aspectos. Supõe ideias completamente feitas preexistentes às palavras (...); ela não nos diz se a palavra é de natureza vocal ou psíquica, pois arbor pode ser considerada sob um ou outro aspecto; por fim, ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está bem longe da verdade. Entretanto, esta visão simplista pode aproximar-nos da verdade, mostrando-nos que a unidade linguística é uma coisa dupla, constituída da união de dois termos. (SAUSSURE, 1973, p. 79)

Outro fator importante apostado no conceito de signo linguístico é o conceito de arbitrariedade no qual Saussure diz que o signo linguístico é arbitrário e o arbitrário reside por causa da relação estabelecida entre o significante e o significado, ou seja, a ideia de palavra como, por exemplo, Pedro, não tem ligação alguma interior com a sequência de sons dessa palavra que lhe serve de significante (CUNHA, 2008).

Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (empreinte) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegarmos a chamá-la “material”, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato. (SAUSSURE, 1973, p. 80)

Ademais, arbitrário não quer dizer ser a simples escolha de quem fala, ou seja, o significante é infundado, isto é, arbitrário em relação ao significado. Não existe desde o princípio, na associação que constitui os signos, além de dois valores que possuem existência em razão do outro. É nessa relação arbitrária entre significante e significado que se dá a formação do valor, pois se essas duas instâncias psíquicas possuísem uma relação motivada, os signos não poderiam ser caracterizados como negativos, opositores e diferenciais.

As únicas formas sobre as quais a analogia não tem poder nenhum são naturalmente as palavras isoladas, tais como os nomes próprios, especialmente os nomes de lugares (cf. Paris, Gênève, Agen etc.), que não permitem nenhuma análise e, por conseguinte nenhuma interpretação de seus elementos; nenhuma criação concorrente surgiu a par deles (SAUS-

³⁶² Nesta perspectiva saussuriana, o significado não é o objeto presente no mundo como, por exemplo, a palavra cachorro e o significante não é o som propriamente dito. Não há nenhum tipo de realização material nesses dois termos enquanto situados no âmbito da língua (SAUSSURE, 1973).

Assim, vê-se que há, neste contexto, evidências de um afastamento do modelo aristotélico de signo que seria constituído por som, objeto e sentido. Por conseguinte, chega-se à seguinte reflexão: de que maneira o nome próprio é tratado por Saussure já que o mesmo só aparece uma vez, na parte destinada à linguística diacrônica, no que se refere à analogia?

O nome próprio, nesse sentido, torna-se uma categoria linguística que causa grande reflexão já que sua definição possui uma relação com o objeto que o designa. Será que os nomes próprios foram criados por analogias como pedreira por analogia à pedra? Se todos os signos estabelecem relação entre si, como compreender um signo que não estabelece relação com os demais? Parece que os nomes próprios possuem certa diferença dos outros signos linguísticos ao passo que são denominados por Saussure como “palavras isoladas”. Assim, com o objetivo de responder tais questões em relação aos nomes próprios, faremos uma análise percorrendo por alguns autores.

3. O nome próprio

Quando pensamos no nome próprio, há um questionamento que diz respeito à sua função semântica. No entanto, não podemos deixar de pensar que os pais sempre buscaram, desde os povos antigos (gregos, hebreus entre outros), a proteção divina para seus filhos.

Assim, a partir da presença do cristianismo, com a chegada dos primeiros missionários católicos, dos europeus e com a entrada massiva de igrejas evangélicas, percebe-se a presença de nomes bíblicos e ainda de nomes de santos da Igreja Católica. Outro fator de influência foi a política, na qual os nomes próprios, num determinado momento, tinham uma relação com o poder ou com as profissões (como Sebastião, protetor dos agricultores). Ademais é importante recordar que o sujeito estabelece um vínculo psicológico com ele e que esse nome vai representá-lo dentro da comunidade a qual ele pertence.

Dessa forma, a no século XIX, Mill (1964) concede aos nomes próprios uma relação simplesmente singular, dando a eles somente o “dever” de identificar pessoas e objetos. Para esse autor, os nomes próprios não são conotativos, ou seja, os sujeitos são por eles chamados, porém não pertencem ao sujeito, isto é, o nome tem um significado, mas não reside no que designam, mas no que conotam. Assim, ainda para es-

se autor os nomes próprios são apenas identificação individual ou um “rótulo”.

Não são conotativos: designam os indivíduos que por eles são chamados; mas não indicam nem implicam atributo como pertencente a estes indivíduos (...), sempre que os nomes dados a objetos comunicam qualquer informação, isto é, sempre que têm um significado, esse significado não reside no que designam, mas no que conotam. Os únicos nomes de objetos que nada conotam são os nomes próprios; e estes não têm, estritamente falando, nenhuma significação. (MILL, 1964, p. 153 *apud* DICK, 1990, p. 181)

No entanto, Jespersen (1965) tem outra posição diferente de Mill sobre os nomes próprios. Para ele, ao serem usados, fazem com que o sujeito que os ouve consiga pensar em todo um conjunto de qualidades e atributos que são distintos do sujeito que possui tal nome. Nesse contexto, podemos analisar que ao passo que temos informações ou ouvimos sobre o nome da pessoa, aos poucos vamos assimilando as informações e aos poucos elas passam a ter um significado. Portanto, Lyons (1977). Coloca que:

Por vezes não sabemos o nome de uma pessoa ou lugar e, contudo, podemos fazer-lhe referência de um modo natural e satisfatório, por meio de uma descrição definida, e se a linguagem deve ser usada, como de facto acontece, para fazer referência a um número infinitamente vasto de indivíduos, deve também fornecer os meios necessários para identificá-los sem ser por intermédio dos nomes próprios. (LYONS, 1977, p. 149)

Segundo esse autor, quando o sujeito usa o nome próprio se torna indispensável que se tenha uma descrição, que consiga fazer com haja uma referência ou descrição do sujeito a quem se quer mencionar. A vista disso, para ele, quando alguém nomeia uma pessoa como “Pedro”, compreende-se que alguém atribui o nome “Pedro” a esse sujeito, pois quando nos apresentamos ou apresentamos alguém estamos fazendo um ato de nomeação, que é um nome particular que está associado por alguma convenção preexistente a uma pessoa ou lugar.

No entanto, Câmara Jr. (1968) já informa que os nomes próprios são antroponímicos, que eles tiveram sua origem a partir dos substantivos comuns ou dos adjetivos para atribuir a um sujeito uma determinada qualidade.

Destarte, para Focult (2002) o conceito de nome próprio tem uma função singular no interior da linguagem, ou seja, “(...) Os nomes podem funcionar na frase e permitir a atribuição somente se um dos dois (o atributo ao menos) designar algum elemento comum a várias representa-

ções” (FOUCAULT, 2002, p. 136). Para esse autor, a palavra designa o que quer dizer em sua natureza e o nome próprio permite que haja a representação e o sentido que quer representar. Assim,

A palavra designa o que quer dizer que, em sua natureza, é nome. Nome próprio, pois que aponta para tal representação e mais nenhuma. Assim é que, em face da uniformidade do verbo – que nunca é mais que o enunciado universal da atribuição – os nomes pululam e ao infinito. Deveria haver tantos nomes quantas coisas a nomear. Mas então cada nome seria tão fortemente vinculado à única representação que ele designa, que não se poderia sequer formular a menor atribuição; e a linguagem recairia abaixo de si mesma (...) Os nomes podem funcionar na frase e permitir a atribuição somente se um dos dois (o atributo ao menos) designar algum elemento comum a várias representações. A generalidade do nome é tão necessária às partes do discurso quanto à designação do ser; à forma da proposição. (FOUCAULT, 2002, p. 136)

O nome próprio, que é um signo toponímico³⁶³, sempre cumpriu uma função significativa, ou seja, sua função semântica na qual o sujeito não apenas recebe o seu nome, mas também toda a carga conotativa do mesmo porque ele tem a função de marcar todas as atitudes, crenças, valores, posturas sociais, profissões, região de origem desse sujeito, enfim, de diferenciar as pessoas entre si. No caso dos indígenas, nota-se extrema ligação com a cultura tradicional dos povos e a sua cosmovisão.

[...] sempre que os nomes dados aos objetos comunicam qualquer informação, isto é, sempre que têm qualquer significado, esse significado não reside no que designam, mas no que conotam. Os únicos nomes de objetos que nada conotam são os nomes próprios; e estes não têm, estritamente falando, nenhuma significação. (CARVALINHOS 2007 p, 3 *apud* Mill)

Para Carvalhinhos (2007), “o nome próprio de pessoa assume o papel de uma etiqueta”, o que quer dizer que a partir do momento em que, numa sociedade, o nome passa a ser um identificador vazio de sentido e perde sua função conotativa, existe uma probabilidade de novos signos não serem eleitos no eixo paradigmático da linguagem para que as pessoas possam ser denominadas. Ressalta que, ao se chamar as pessoas com nomes como “Flor”, “Yara”, “Sol” seja uma escolha do ponto de vista linguístico, seja facultada, isso gera um estranhamento nas pessoas, por desconhecimento seja da cultura, seja do histórico familiar da escolha

³⁶³ “O signo toponímico difere dos demais signos linguísticos por apresentar um caráter motivado em relação ao referente nomeado e também pela particularidade específica de sua função, pois tem caráter identitário já que situa o objeto nomeado no quadro das significações, retirando-o do anonimato. Direciona-se assim, pela função onomástica: identificar nomes” (SIQUEIRA, 2011, p. 1).

deste nome.

Portanto, a língua não é um sistema imutável. Assim como a cultura, ambas permitem que as forças sociais atuem sobre ela. Da mesma forma são os nomes próprios que, atualmente, para uma sociedade, podem ser aceitos e, em outro momento, caem em desuso, desconsiderando a força da ancestralidade que tais nomes representam na vida social e comunitária do sujeito.

4. Os significados dos nomes próprios

De acordo com o dicionário dos nomes próprios³⁶⁴ Pedro tem o significado de “pedra”, “rochedo”, e tem origem no nome grego Pétros, que é uma tradução do aramaico Cephas da palavra petra, em grego Koiné. Este nome existe hoje em todo o mundo e também é conhecido através da Bíblia por ser de um dos doze discípulos de Jesus, que se chamava anteriormente por Simão, nome muito comum nas comunidades indígenas representando força e liderança.

Historicamente este nome foi utilizado na antiguidade e muitos santos, imperadores e reis o tinham como D. Pedro I que governou o Brasil, por São Pedro ou Pedro Apóstolo. Esse nome tem várias versões de acordo com o país ao qual pertence. Na França, por exemplo, é Pierre, Peter em inglês entre tantas outras variáveis.

Segundo o dicionário Houaiss (2009), pedra que é um dos significados de Pedro significa sólido, ou seja, ao lembrarmos esse nome lembramos alguém firme como uma rocha. Assim, o nome próprio tem um desempenho singular no interior da linguagem, ele tem “dois eixos ortogonais: um que vai do indivíduo singular ao geral; outro que vai da substância à qualidade. No seu cruzamento reside o nome comum; numa extremidade, o nome próprio; na outra, o adjetivo” (FOCULT, 2002, p. 137).

A palavra designa o que quer dizer que, em sua natureza, é nome. Nome próprio, pois que aponta para tal representação e mais nenhuma. Assim é que, em face da uniformidade do verbo – que nunca é mais que o enunciado universal da atribuição – os nomes pululam e ao infinito. Deveria haver tantos nomes quantas coisas a nomear. Mas então cada nome seria tão fortemente vinculado à única representação que ele designa, que

³⁶⁴ Disponível em: <https://www.dicionariodenomespropios.com.br>.

não se poderia sequer formular a menor atribuição; e a linguagem recairia abaixo de si mesma [...]. Os nomes podem funcionar na frase e permitir a atribuição somente se um dos dois (o atributo ao menos) designar algum elemento comum a várias representações. A generalidade do nome é tão necessária às partes do discurso quanto à designação do ser; à forma da proposição. (FOUCAULT, 2002, p. 136)

Deste modo, vemos que a palavra é o que quer dizer a sua natureza e ela tem uma forte representação assim como o nome que traz, no seu enunciado, essa representação de alguém forte como uma rocha. Entretanto, os nomes próprios possuem uma propriedade de fixidez, porque o nome é característica daquele signo e o nome de uma pessoa não muda constantemente.

Consequentemente, é pela imagem acústica que se consegue reconhecer os signos da língua, primeiramente pela audição e depois se relacionando o nome à pessoa. Essa imagem acústica na qual Saussure se refere está relacionada a um conceito. Essa relação não é apenas de um nome aos seres ou objetos, mas sim de uma associação pessoal e social como conceito que poderá se referir ao sujeito.

Assim, podemos citar aqui o conceito de arbitrariedade saussuriana que consiste na ligação imotivada entre o significante e o significado. Dessa forma, não existe nenhuma propriedade significativa de Pedro que motive a sua ligação ao significado Pedro, de maneira que qualquer outro significante poderia ocupar o papel da imagem acústica desse significado, ou seja, aquilo que está na memória dos falantes.

Em outras palavras, podemos dizer que o falante forma, em sua mente, uma imagem do som do signo. A imagem está associada a um conceito que, no caso, é o nome próprio. Assim, a imagem acústica ou posteriormente chamada por ele de significante exerce uma função primordial no funcionamento da língua.

No entanto, quando falamos o nome da pessoa, ela é identificada pela imagem que já se tem dele. Saussure explicita ser uma ligação com uma determinada imagem acústica.

Não só os dois domínios ligados pelo fato linguístico são confusos e amorfos como a escolha que se decide por tal porção acústica para tal ideia é perfeitamente arbitrária. Se esse não fosse o caso, a noção de valor perderia algo de seu caráter, pois conteria um elemento imposto de fora. Mas, de fato, os valores continuam a ser inteiramente relativos, e eis por que o vínculo entre uma ideia e um som era radicalmente arbitrário. (SAUSSURE, 2006, p. 132)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dessa forma, o nome, assim como a memória, possui linhas e traços inscritos no espaço no qual circula com valores, ideologias e crenças que circundam essa palavra. Por conseguinte, o que a memória se refere é “a um conjunto complexo preexistente e exterior ao organismo, constituído por séries de *tecidos de índices legíveis*, constituindo um corpus sócio-histórico de traços” (PÊCHEUX, 2015, p. 142).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o nome próprio só possui referência se a sua utilização for dentro de um contexto de uso como, por exemplo, “Pedro”, não designa objeto algum em particular se analisarmos quem o expressou e quem era o interlocutor, qual a situação do discurso e quais eram as regras convencionais. Assim sendo, esse sujeito é identificado demonstrativamente, ou seja, ele pode ser identificado por uma descrição que o relaciona de maneira unívoca e particular.

Mesmo existindo diversos Pedros, o sujeito é identificado no momento em que suas características são colocadas no diálogo porque o nome assume uma etiqueta, um papel no qual o outro o identifica no momento da fala. Ele tem a função significativa, onde o sujeito recebe toda a carga conotativa que esse nome implica.

Quando falamos de Pedro, o nome vem junto de uma percepção de que esse sujeito será uma criança forte, que será um líder, terá uma profissão de comando como o próprio significado do nome.

Analisaremos agora o nome José que tem a origem do hebraico, Yosef, com o significado “Ele acrescentará”, “aquele que acrescenta”, “acréscimo do senhor” ou “Deus multiplica”. Esse nome era mais comum entre os povos judeus na Idade Média e, em virtude da veneração a São José na Espanha e na Itália, popularizou-se no final da mesma época.

São José ou José o carpinteiro foi o esposo da Virgem Maria. Segundo o Novo Testamento, ele descende da casa de David e é cultuado pelas Igrejas Católica Romana, Anglicana e Ortodoxa. É celebrado no dia 19 de março o seu dia sob o título de “Tutor de Nosso Senhor”. É também considerado Padroeiro dos Trabalhadores e Padroeiro das Famílias.

Ao pensarmos nesse nome, vemos que é alguém que trabalha, alguém que acrescenta o quer dizer que, de acordo com o significado do seu nome, se espera desse sujeito ser alguém que acrescenta algo à sociedade, à família.

De fato, nenhuma sociedade conhece nem conheceu jamais a língua de outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações ante-

riores e que cumpre receber como tal. Eis porque a questão da origem da linguagem não tem importância que geralmente se lhe atribui. Tampouco se trata de uma questão a ser proposta; o único objeto real da linguística é a vida normal e regular de um idioma já constituído. Um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos e são esses fatores que explicam porque o signo é imutável, vale dizer que resiste a toda substituição (SAUSSURE, 2006, p. 106)

Neste sentido, podemos refletir que cada pessoa toma posse do sentido do nome. Assim, o nome José se torna identidade do sujeito a partir da concepção do “Outro” (LACAN, 1985).

Podemos dizer que o que assegura a continuidade da língua é o tempo o qual tem um efeito contraditório de imutabilidade e mutabilidade. Podemos dizer que eles são os positivos, negativos, diferenciais e que se limitam. Como bem esclarece Saussure (2006, p.136) “valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são”.

E como todo signo é ideológico e a ideologia é um reflexo das estruturas sociais, quando pensamos no nome próprio, pode-se dizer que estes chegam à consciência e se tornam índices individuais de valor na medida em que a consciência individual os absorve como sendo seus.

Entretanto, como o homem não nasce pronto, sua consciência e suas ações vão sendo delineadas pela sociedade que o cerca e, como a língua está em todos os sujeitos, ela é um jogo de combinações e recombinações que produz o sentido (SAUSSURE, 2006).

5. Conclusão

A análise de todo o questionamento existente em relação ao nome próprio nos levou a constatar que o homem, desde o seu nascimento, tem sua existência delineada pelo Outro. Suas ações, a visão e cosmovisão que tem do mundo, seu comportamento, seus valores étnico-sociais e crenças são e podem ser determinados pela influência que sofre do meio externo, da sociedade em que vive e dos valores praticados por esta.

Dessa forma, podemos analisar os costumes praticados através dos tempos e culturas distintas desde a antiguidade. Assim, os nomes foram utilizados não apenas para caracterizar o indivíduo, mas também para homenagear entidades religiosas ou místicas e até lideranças. Tais de-

ferências têm relação direta com aquilo que esses pais esperavam de seus filhos.

Dessa forma, podemos perceber que os nomes próprios carregam toda uma carga conotativa, o qual também tem a função de marcar as atitudes, crenças, valores sociais e culturais, que podem influenciar na escolha desse nome.

Conclui-se, portanto, que os sujeitos são afetados pela língua, sendo significados por ela. Nesta influência, pode-se perceber que há uma relação com a cultura na qual estes pais estão inseridos e como o sujeito representa um objeto imaginário, neste caso, no imaginário da família. Tem-se a ideia de que o sujeito será aquilo que o nome denota, ou seja, ele terá as características do seu nome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR, J. Matoso. Morfologia pronominal. In: _____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1968.

CARVALHINHOS, P. J. (2007). As Origens dos Nomes de Pessoa. Domínios de Linguagem. In: *Revista Eletrônica de Linguística*, Ano 1, n. 1 – 1º Semestre de 2007 – ISSN 1980-5799 Disponível em: <file:///C:/Users/Oliveira/Downloads/11401-42466-1-PB.pdf>. Acesso em 07 de julho de 2018.

CUNHA, R.B. A Relação Significante e Significado em Saussure. In: *ReVEL*. Edição especial n. 2, 2008. ISSN 1678-893. Disponível em: <https://docplayer.com.br/388026-A-relacao-significante-e-significado-em-saussure.html> Acesso em 07 de julho de 2008.

DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS. Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/jose/> <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/joana/>. Acesso em: 07 de julho de 2018.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A língua de São Paulo. In: *Revista USP*. Set./out./nov. 2004.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. de Selma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GAMBARATO, R.R. (2005). *Signo, significação, representação*. Disponível em: http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_04/contemporanea

a_n04_18_ReniraRam.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2018.

HOUAISS, Instituto Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JESPERSEN, Otto. *The philosophy of grammar*. New York: WW Norton e Company Inc, The Norton Library, 1965.

LACAN, Jacques. *O seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, 1985.

LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

LYONS, John. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Trad. de Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro: LTC, 1997.

ORLANDI, E. P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed, Campinas-SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Cader-nos de Estudos Linguísticos*, n. 19. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. *Textos selecionados*. Campinas-SP: 4. ed. Pontes, 2015.

REVEL, V. 9, n. 17. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/21054957-Estudo-toponimico-ambitos-e-perspectivas-de-analises.html>>. Acesso em 08 de novembro de 2019.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Editado por Charles Bally & Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. de A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SIQUEIRA. K.M.F. 2011. *Estudo toponímico: âmbitos e perspectiva de análise*. 2011.